


A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO TÉCNICA, O REGIME MILITAR E O FEMINISMO DA SEGUNDA ONDA


LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN TÉCNICA, EL RÉGIMEN MILITAR Y EL FEMINISMO DE SEGUNDA OLA

Recebido em: 26/02/2026

Aceito em: 31/03/2026

Publicado em: 24/05/2026

Emerson Ricardo Esteves da Fonseca¹ 
Instituto Federal Sul-rio-grandense – Câmpus Pelotas

Adriana Duarte Leon² 
Instituto Federal Sul-rio-grandense – Câmpus Pelotas

Resumo: Este artigo aborda a trajetória do Instituto Federal Sul-rio-grandense – Câmpus Pelotas. A instituição acompanhou transformações políticas e sociais que moldaram sua estrutura, especialmente na Era Vargas. Com o regime militar, a educação técnica passou a ser incentivada para o desenvolvimento econômico, resultando na criação de escolas técnicas e expansão do Sistema “S”. Paralelamente, houve o ingresso das estudantes no curso noturno da Escola Técnica de Pelotas, marcando a inclusão de gênero. O artigo articula esse ingresso feminino com a 2ª onda do feminismo, que ampliou as lutas por direitos reprodutivos, igualdade e combate à violência. Destaca-se a importância da figura de Nísia Floresta, precursora do feminismo no Brasil, e como a educação foi instrumento de emancipação feminina. Por fim, o autor reflete sobre as transformações sociais e econômicas da região Sul do Brasil.

Palavras-chave: Educação de Mulheres; Gênero; Segunda Onda do Feminismo; Regime Militar.

Resumen: Este artículo aborda la trayectoria del Instituto Federal del Sur de Río Grande – Campus Pelotas. La institución ha experimentado transformaciones políticas y sociales que moldearon su estructura, especialmente durante la Era Vargas. Bajo el régimen militar, se impulsó la educación técnica para el desarrollo económico, lo que resultó en la creación de escuelas técnicas y la expansión del Sistema "S" (una red de instituciones de formación profesional). Simultáneamente, las alumnas ingresaron al curso nocturno de la Escuela Técnica de Pelotas, lo que marcó la inclusión de género. El artículo conecta esta matriculación femenina con la segunda ola del feminismo, que amplió las luchas por los derechos reproductivos, la igualdad y la lucha contra la violencia. Se destaca la importancia de Nísia Floresta, pionera del feminismo en Brasil, y cómo la educación sirvió como instrumento de emancipación femenina. Finalmente, la autora reflexiona sobre las transformaciones sociales y económicas de la región sur de Brasil.

Palabras-claves: Educación de las mujeres; Género; Segunda ola del feminismo; Régimen militar.

INTRODUÇÃO

A presente análise propõe uma reflexão sobre o processo histórico da educação técnica no Brasil, com ênfase na história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, IFSul/Câmpus Pelotas. Esta reflexão discorre sobre questões inerentes aos

¹ Doutorando pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2475-2242>. E-mail: emersonredaf@gmail.com

² Professora. Doutora no Instituto Federal Sul-rio-grandense. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0791-7359>. E-mail: adriana.adrileon@gmail.com

primeiros passos da instituição, compreendendo a trajetória desta na cidade de Pelotas, desde sua fundação em 1917, destacando o início das atividades educacionais em 1930, analisando, de forma específica, o momento de ingresso das primeiras estudantes mulheres a partir da década de 1960.

O período em estudo se destaca por conta de acontecimentos que marcaram uma época de mudanças e iniciativas, que objetivaram a qualificação de mão de obra destinada para um determinado mercado de trabalho. Nesse contexto, busco refletir, de forma específica, sobre o início do regime militar (1964), destacando a relação desse governo com a educação técnico profissional, pensando as políticas públicas introduzidas na época - ocasião do ingresso das primeiras estudantes no curso Ginásio Industrial Noturno da Escola Técnica de Pelotas/ RS.

Nessa perspectiva, destaco a educação das mulheres na cidade de Pelotas e a segunda onda do feminismo, importante movimento para o feminino, que reafirma as lutas em prol dos seus direitos e traz consigo reivindicações importantes, num momento em que o Brasil mergulhava em um governo de caráter autoritário, em que um dos maiores valores do ser humano a ser resgatado era a liberdade de expressão.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO TÉCNICA

A história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, IFSul/Câmpus Pelotas, remonta ao século passado, com a criação do Lyceu de Artes e Offícios, por meio de uma circular da diretoria da Bibliotheca Pública, em 27 de junho de 1917 (MEIRELES, 2007). Essas escolas de artífices foram concebidas por Nilo Peçanha, aproveitando as ideias de Afonso Pena (ROCHA, 2022). O atual IFSul/Câmpus Pelotas começa sua trajetória no início do século XX, num esforço conjunto da comunidade e poder público:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense carrega em seu DNA uma trajetória de quase um século, cuja história começou a ser escrita no início do século XX, através de ações da diretoria da Bibliotheca Pública Pelotense que, em 7 de julho de 1917 - data do aniversário da cidade de Pelotas - sediou a assembléia de fundação da Escola de Artes e Offícios. Esta escola se caracterizava por ser uma sociedade civil, cujo objetivo era oferecer educação profissional para meninos pobres (PRETÉRITA URBE, 2018).

Em 1930, a instituição passou a funcionar sob responsabilidade do município, contemplando uma tendência industrialista e desenvolvimentista do Estado Novo (1937-1945), criada nesses espaços de ambientes fabris (Cunha, 2005). Concebidas a partir de 1909, as

Escolas de Artes e Ofícios serviriam como promotoras da formação de operários, criando um ambiente semelhante ao das fábricas (Cunha, 2005).

No ano de 1927, a fim de ampliar o ensino profissional, sancionou-se o projeto do Deputado Federal Fidélis Reis, que tornava a referida modalidade educacional obrigatória no Brasil (ROCHA, 2022). Em meados de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao governo federal (Era Vargas – 1930/1945), ocorreram mudanças políticas e sociais que trouxeram consigo a necessidade de repensar o funcionamento da sociedade, bem como redirecionar os investimentos, conforme ROCHA (2022, p. 42) esclarece em seus escritos:

Em 1930, com a entrada do presidente Getúlio Vargas no poder, e sua permanência durante 15 anos, período denominado de Era Vargas (1930-1945), ocorreu a consolidação do capitalismo e a mudança no modelo socioeconômico, que provocou a necessidade de a sociedade repensar políticas públicas voltadas para a educação, incluindo a profissionalizante.

Conforme ROCHA (2022), a Constituição de 1937 foi pioneira ao incluir a Educação Profissional Técnica e Industrial em suas diretrizes, fazendo destaque para essa modalidade de ensino, em prol do desenvolvimento do Brasil. A mencionada Constituição, concebida no Estado Novo, surge para suprir as necessidades do novo projeto industrialista de desenvolvimento (CUNHA, 2005). Para aumentar a formação de mão de obra qualificada, a educação profissional é pautada na Carta Magna de 1937.

Nesse contexto de industrialização do Brasil, a Lei Orgânica do ensino industrial previa, em suas diretrizes, o funcionamento do sistema educacional e a gestão das instituições, com exceção do Estado de São Paulo, que poderia contar com a criação de diversas escolas ferroviárias:

Em primeiro lugar, criou uma rede federal que seria montada a partir das escolas de aprendizes artífices. Em seguida previu a existência de escolas equiparadas e reconhecidas, as primeiras seriam aquelas escolas técnicas mantidas e administradas pelo estado e pelo Distrito Federal, cujo funcionamento foi autorizado pelo Governo Federal. As escolas reconhecidas seriam mantidas e administradas pelos municípios ou particulares, também autorizadas pelo Governo Federal. Este assumia, assim, a tarefa de verificação prévia dos estabelecimentos que solicitavam equiparação ou reconhecimento, podendo ou não autorizá-los. (CUNHA, 2005, p. 134)

Conforme assevera MANFREDI (2016), o funcionamento das escolas de Aprendizes e Artífices duraram 33 anos, acolhendo, aproximadamente, 140 mil estudantes, tendo como mantenedor o Governo Federal. Nesse período, acontece a Segunda Grande Guerra (1939-1945), sendo o Brasil dependente dos produtos de outros países, o que fez com que buscasse alternativas para solucionar seus problemas econômicos, exigindo, por parte do Governo, a criação de programas de qualificação da mão de obra.

Em 1945, acontece a federalização das escolas; dois anos antes (1943), é inaugurada a Escola Técnica de Pelotas, representando um bem inestimável para a comunidade de Pelotas (MEIRELES, 2007). A ETP³ foi criada no final do governo ditatorial de Vargas.

O Instituto Federal Sul-rio-grandense, Câmpus Pelotas/RS, possui importância para a história da região Sul do Rio Grande do Sul. Esta instituição é um marco na educação profissional para a população local pelotense, desde sua inauguração que, segundo MEIRELES (2007), foi um generoso presente para as gerações futuras:

A Escola Técnica de Pelotas foi inaugurada em 11 de outubro de 1943. À solenidade, compareceu grande público e muitas autoridades, inclusive o próprio Presidente da República, Getúlio Vargas, em visita oficial ao município. O Presidente foi acolhido por uma enorme multidão, que o recepcionou emocionada e agradecida, compreendendo o significado e o valor da obra que, com simbolismo do desate de fita inaugural, foi destinada, qual presente benfazejo, às futuras gerações de jovens estudantes, legitimados com aquele gesto como herdeiros do maior bem da sociedade, a educação de seu povo. (MEIRELES, 2007, p. 55)

Mais tarde, com a federalização das instituições, por intermédio da Lei nº 3.552/59, as escolas técnicas passam a ter ligação com o Ministério da Educação (autarquias federais). “A Escola Técnica de Pelotas, agora como pessoa jurídica, ganha autonomia didática, administrativa, técnica e financeira” (MEIRELES, 2007, p. 67), dando início a uma nova etapa na história institucional.

A inclusão das mulheres na ETP ocorreu 21 anos depois da inauguração feita por Vargas, a partir do ano de 1964. Até então, a escola tinha sido destinada, apenas, ao público masculino. Em 1964, o educandário passou a admitir moças no curso noturno Ginásio Industrial; mais tarde, as mulheres passaram a integrar o quadro de alunas nos cursos técnicos da instituição, a partir do ano de 1967 (MEIRELES, 2007).

A EDUCAÇÃO TÉCNICA NO SUL DO BRASIL

Para melhor compreensão dos aspectos que marcaram a implantação dos cursos técnicos na região Sul do Rio Grande do Sul, faz-se necessária uma análise das origens da industrialização no Estado e a formação da mão de obra em diversas cidades do Rio Grande do Sul, como Pelotas.

³ A Escola Técnica de Pelotas foi criada em 1942, ano civil que integra a fase final do Governo do Presidente Getúlio Dornelles Vargas, que iniciou em 1930 e se estendeu até 1945. Em 1937, com a permanência de Vargas no poder graças a um golpe de Estado, instaurou-se uma ditadura conhecida como Estado Novo. (MEIRELES, 2007, p. 42)

Conforme STEPHANOU (1990), o processo de industrialização foi desigual nas diferentes regiões do País. A autora procura evitar uma análise baseada no que ela chama de “regionalismo”, apropriando-se de uma percepção regional articulada com a totalidade do País, que chama de desenvolvimento do capitalismo, percebendo a história da educação dos trabalhadores. Para melhor contextualizar o início da industrialização gaúcha e os municípios em evidência, acerca do desenvolvimento, LONER (1999, p. 48) destaca:

O início da industrialização gaúcha data aproximadamente de 1870 e teve dois pólos principais: Rio Grande – Pelotas e Porto Alegre. Graças a um desenvolvimento singular, o Estado gaúcho contou com duas zonas, social e economicamente diferenciadas que, praticamente, não mantinham relações econômicas entre si, ligando-se diretamente às zonas consumidoras do restante do país (Singer, 1977). A integração entre ambas aconteceu durante a República Velha, especialmente com o desenvolvimento do sistema de transportes.

O processo de industrialização gaúcha, bem como a formação dos trabalhadores, segundo STEPHANOU (1990), representou uma atividade marcada por diversos aspectos bem específicos, elencados pela autora, por meio dos escritos de PESAVENTO:

Sendo o Rio Grande do Sul zona periférica de um país que, pela forma de inserção da economia nacional na divisão internacional do trabalho também se apresentava como periférico, o estado sulino seria duplamente prejudicado pelos problemas decorrentes da situação de dependência do país. Em especial, daqueles relacionados à debilidade da acumulação de capitais, retardada formação de um mercado de trabalho e da carência tecnológica e mão-de-obra habilitada. (STEPHANOU, 1990, p. 34, *apud* PESAVENTO, 1980, p. 63)

STEPHANOU (1990 *apud* PESAVENTO, 1980) ressalta outro aspecto característico da economia gaúcha: a pecuária, sendo o acúmulo de capital, limitado pelas necessidades do mercado interno. A autora assevera, conforme as ideias de PESAVENTO, que, desde sua gênese, a indústria do Rio Grande do Sul teve sua base diferente do restante do Brasil, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, o que justifica a defasagem da industrialização no Estado. Conforme LONER (1999), as charqueadas, intermediárias entre a manufatura e a indústria, provocam discussão entre os pesquisadores, pois determinaram as características das atividades econômicas na região Sul do Estado:

Sem contar as charqueadas, cuja posição entre a manufatura e a indústria provocou discussão entre os pesquisadores (Pesavento, 1980; Cardoso, 1962), a indústria gaúcha teve início em Rio Grande, com as fábricas Rheingantz de tecidos. Comparativamente, as empresas de Rio Grande apresentavam um perfil diferenciado em relação às de Porto Alegre, constituindo-se em grandes estabelecimentos de poucos ramos industriais (tecelagem, couros, conservas alimentícias, moinhos), enquanto a capital possui o maior número de estabelecimentos, embora menores, além de maior diversidade em ramos de produção. (LONER, 1999, p. 48)

Sendo assim, é a acumulação comercial a promotora da industrialização no Rio Grande do Sul, pois é este capital que permitirá a melhoria qualitativa do abastecimento fabril. Apropriando-se da análise das questões ligadas à economia do Estado em relação aos demais, STEPHANOU (1990) contribui para a melhor compreensão sobre a estruturação do mercado de trabalho gaúcho e sua reduzida disponibilidade:

Tem-se finalmente que a estruturação do mercado de trabalho no estado se defrontou com uma reduzida disponibilidade de mão-de-obra livre, em confronto com o complexo cafeeiro que além de injeções constantes de trabalhadores imigrados, contou com um processo de êxodo e rotatividade da força-trabalho que, desde os primórdios da industrialização, gerou uma reserva abundante de mão-de-obra barata. 27 (STEPHANOU, 1990, p. 36)

Portanto, é importante destacar, nos escritos de STEPHANOU (1990), que a análise do contexto econômico e as atividades desenvolvidas no Rio Grande do Sul refletem, diretamente, na questão da qualificação dos trabalhadores. A autora ressalta aspectos como a formação de um mercado de trabalho com pífio nível técnico, escassez de capital, tecnologia e, conseqüentemente, carência de mão de obra especializada, num comparativo das atividades econômicas no final do século XIX, entre Rio Grande e Pelotas. Conforme LONER (1999), Pelotas caracteriza-se pelas atividades ligadas a um pequeno número de indústrias e a significativos estabelecimentos de produtos artesanais.

Dentro do contexto econômico do início do século XX, a crise do charque, em 1930, acontece com sua redução significativa da produção, por consequência da redução da produção da carne em várias regiões do Brasil. A crise impactou a economia gaúcha, principalmente nas cidades dependentes do charque. Pelotas (LONER, 1999), foi uma das cidades atingidas pela crise econômica gerada pela redução na produção do charque.

Para STEPHANOU (1990), a interpretação sobre questões ligadas à circulação de recursos poderá ser ampliada dentro da análise do processo de desenvolvimento da indústria, visto que este dependerá do acúmulo de capitais e das condições geradas pelo mercado interno:

Então, por exemplo, veremos como a carência de capitais, no mais das vezes, acabou por disseminar nos centros urbanos do estado um grande número de oficinas e pequenos estabelecimentos fabris de caráter artesanal-manufatureiro, tanto quanto fez prevalecer aqueles ramos industriais ligados à transformação da produção agropecuária em artigos não duráveis. (STEPHANOU, 1990, p. 36)

Ainda de acordo com a autora, a moderada falta de mão de obra, além de provocar elevação nos salários dos operários do Rio Grande do Sul em relação aos demais Estados, gerou importação de trabalhadores qualificados, oriundos das regiões de imigração. Nesse contexto, ela constata que:

[...] a crescente participação dos poderes públicos no sentido de incrementar as atividades econômicas do Rio Grande do Sul, procurando superar aquilo que

consideravam como "os processos rotineiros de trabalho" e a precária competitividade da produção gaúcha. O Estado passou a intervir com ações de cunho científico na modernização da produção regional, através de inúmeras formas, seja na criação de laboratórios de análise, estações agrícolas e zootécnicas, ou, por exemplo, o estímulo à adoção de novos processos produtivos em troca de isenções tributárias. (STEPHANOU, 1990, p. 37)

Portanto, percebe-se que os investimentos, na qualificação dos trabalhadores, estavam diretamente ligados às atividades econômicas do Estado, à circulação de capitais e a investimentos em tecnologia. Por esses aspectos, o ensino técnico profissional não foi priorizado pelo Estado, até surgir a necessidade de superar o que STEPHANOU (1990) chamou de “precária competitividade da produção gaúcha”, gerando investimentos por parte do poder público. A crise econômica estabelecida, com o fim das charqueadas, motivou a redefinição e a readequação econômica, influenciando a formação e o desenvolvimento da classe operária (LONER, 1999).

A EDUCAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO REGIME MILITAR

No contexto de ingresso das mulheres na Escola Técnica de Pelotas e da segunda onda do feminismo, tem início o regime militar de 1964, o qual estabelece uma profunda mudança no País, alterando o rumo da história do Brasil durante mais de 20 anos e, conseqüentemente, deixando marcas perceptíveis até os dias atuais.

O regime militar é instaurado um dia depois do discurso do presidente João Goulart, feito para militares, no Automóvel Clube. Na ocasião, ele defendeu, como nos discursos anteriores, profundas reformas que garantiriam um estado de bem-estar social. Conforme GHIRALDELLI (2022), os discursos do presidente já causavam reações contrárias, turbulência no País e movimentos de oposição, condição ideal para um golpe⁴ de Estado.

Quanto à turbulência social e política, segundo FERREIRA (2012), no que concerne aos partidos, ressalta-se que o crescimento do PTB foi associado à defesa das reformas no País, em meio às agitações ocorridas naquele momento político - ocasião da deposição do presidente João Goulart, por meio da ideia de impor outros projetos e estabelecer mudanças na estrutura brasileira, o autor assevera que:

Daquela sexta-feira, 13 de março, até 1º de abril, o conflito político entre os grupos antagônicos se redimensionou. Não se tratava mais de medir forças com o objetivo de executar, limitar ou impedir as mudanças, mas, sim, da tomada do poder e da imposição de projetos. Os conservadores tentariam impedir as alterações econômicas

⁴ Para Toledo, o Golpe foi a opção da burguesia por uma “modernização conservadora”, na medida em que as reformas necessárias ao capitalismo brasileiro seriam implementadas, repudiando o nacional-reformismo, através de um Estado Burguês-militarizado, que excluiria a participação perigosa da classe operária e dos movimentos sociais da cena política. (KONRAD; LAMEIRA; LIMA, 2013, p. 58)

e sociais, excluindo, se possível, os seus adversários da vida política do país, sem preocupações de respeitar as instituições democráticas. (FERREIRA, 2012, p. 400)

Em relação ao regime de 1964, as forças militares que se caracterizavam como agentes públicos, responsáveis por tutelar o Estado, apresentavam duas formas distintas de proceder antes de 1964 e depois: primeiro, como intervenientes, restabelecendo a ordem; depois, como condutores dos negócios do País, conforme destacado por BORGES (2012, p. 16).

Com relação à educação pública como um todo, conforme CUNHA (2005), o regime militar não demonstrava apreço por mudanças. Manifestavam interesse em ampliar o ensino privado⁵, consolidando a área educacional como negócio lucrativo, ampliando universidades, laboratórios e oferta de vagas. A ideia era facilitar a iniciativa privada no que se refere à educação, inclusive com a criação de uma legislação tributária bastante favorável ao empresariado (CUNHA; 2014), além de outras mudanças determinadas pelo Ato Institucional Nº 2.

Nessa perspectiva, os militares rapidamente passaram a estabelecer relações que fizeram com que o Conselho Federal de Educação adquirisse um caráter privatista, e as afinidades políticas entre os governos militares e os dirigentes de instituições privadas do ensino superior fizeram com que o CFE assumisse uma feição crescentemente privatista. (CUNHA, 2014)

Segundo MEIRELES (2007), o regime militar foi responsável pela expansão do ensino secundário, principalmente no setor técnico-industrial, devido ao processo de aceleração do crescimento econômico. Essa expansão, também, refletiu os anseios da classe média, que buscava, na educação, a possibilidade de ascensão social e, conseqüentemente, acesso a melhores condições de vida. Isso resultou na criação de um plano de expansão, a fim de gerar número expressivo de escolas técnicas, com foco na formação de técnicos especializados em várias áreas industriais.

Contudo, dentro do contexto do ensino técnico profissional, vale destacar a criação de determinadas instituições ligadas ao comércio e à indústria, denominados Sistema “S”⁶. A criação do Sistema “S” teve início em 1938, com a concepção da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Em 1942, surgiu o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), com o objetivo de promover a formação e capacitação de trabalhadores no setor industrial. Em 1945,

⁵ Conseguido o controle dessas instâncias do Estado, a expansão do ensino privado foi muito intensa após o golpe de 1964, processando-se à velocidade tão mais alta quanto mais elevada a taxa de lucratividade média em cada nível de ensino: maior na educação superior do que na básica. (CUNHA, 2014, p. 362)

⁶ Das 9 entidades do Sistema “S”, destacamos 5, criadas entre os anos de 1938 a 1972.

foi fundada a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que levou à criação de outras entidades, como o Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), em 1946, voltado para a formação de trabalhadores do comércio, e o Sesi (Serviço Social da Indústria), e Sesc (Serviço Social do Comércio), os quais oferecem uma gama de serviços sociais e culturais aos trabalhadores e à população. Finalmente, em 1972, foi criado o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), com foco no apoio e desenvolvimento das micro e pequenas empresas no Brasil (BAVARESCO, 2022).

Com relação à criação do Senai, uma das primeiras instituições ligadas ao ensino profissional, o governo Vargas, por meio de decretos, buscava entregar à iniciativa privada a gestão e o custeio dos cursos de aperfeiçoamento profissional, destinados a adultos e a menores de idade, CUNHA (2000).

Por fim, movidos pela influência do Governo Vargas, os industriais reconhecem a importância do ensino profissional, fator principal para a criação do Senai e de outras entidades responsáveis pela promoção e pelo financiamento do Ensino Profissional Tecnológico. Posteriormente, com a chegada dos militares ao poder e com o crescimento econômico, surge uma classe média ansiosa por melhorias de vida, aproveitando o progresso econômico, buscando, na educação, o caminho para sua ascensão social.

AS REIVINDICAÇÕES DA SEGUNDA ONDA – PROFISSIONALIZAÇÃO PARA AS MULHERES

O ingresso das mulheres na ETP (Escola Técnica de Pelotas) acontece no início do regime militar no Brasil. Esse momento é marcado pela repressão, censura e imposição de limites à liberdade de expressão, mas também de transformação social, pois, com o crescimento econômico, a classe média buscava alcançar a ascensão, por meio do ingresso nos cursos técnicos.

Nessa perspectiva, é relevante pensar sobre o contexto local, destacando a cidade de Pelotas⁷, um lugar que desempenhou papel importante no regime militar, por abrigar exilados na época da ditadura, pois serviu como rota de fuga para países vizinhos como Argentina (FERREIRA, 2017). Em paralelo, algumas das autoridades locais da cidade de Pelotas marcaram posição favorável à Ditadura Civil-Militar (FERREIRA, 2017, p. 92). Nesta

⁷ Pelotas é um município da região Sul do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, localizada às margens do Canal São Gonçalo, que liga as Lagoas dos Patos e Mirim, no estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, ocupando uma área de 1609 km². Pelotas está localizada a 261 quilômetros de Porto Alegre, a capital do estado. (FERREIRA, 2017, p. 92)

perspectiva, acontece o ingresso das primeiras estudantes na ETP. De acordo com AZEVEDO; FERREIRA (2006), a política de Vargas acerca do acesso das mulheres à educação era:

Para a autora, “os efeitos potencialmente radicais da expansão da educação foram atenuados pelo conteúdo da educação que as moças recebiam” (Id.), e que eram entendidos como aqueles que melhor as preparava para o casamento e a maternidade. Ou seja, a função da educação era mais socializadora – no sentido da manutenção da domesticidade da mulher – do que libertadora. (Id.:124) (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 216)

No que concerne ao gênero feminino, desde a Era Vargas, a educação das mulheres caracterizou-se pela ideia de socialização (AZEVEDO; FERREIRA, 2006). Essa educação voltada para o doméstico representava um dos grandes desafios do movimento feminista. É importante e necessário refletir sobre sua gênese, destacando sua relevância, pois esta é responsável por estruturar o caminho para a busca da igualdade entre os gêneros. Conforme os escritos de MOURA (2018), para que as mulheres tomassem consciência de sua realidade, o feminismo, como movimento social, encontrou barreiras que mais tarde foram transpostas.

A primeira onda do feminismo no Brasil, conforme MOURA (2018), tem, em Nísia Floresta, uma das figuras mais emblemáticas. Ela foi pioneira em sua luta pela emancipação das mulheres, utilizando a educação como ferramenta de transformação social. Nísia Floresta quebrou barreiras em uma sociedade patriarcal, destacando-se por sua formação, também pela maneira como questionou a subordinação feminina por meio de seus escritos (MOURA, 2018).

Nísia Floresta foi pioneira na defesa dos direitos das mulheres, abordando questões como a educação e a liberdade feminina. Sua obra: “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens” reflete sua visão progressista sobre o papel social da mulher e critica as normas que limitavam suas oportunidades (FLORESTA, 1852). Floresta acreditava que a educação era fundamental para que as mulheres conquistassem seus direitos.

O feminismo da primeira onda no Brasil, conforme descrito por MOURA (2018), é introduzido e influenciado por Nísia Floresta, que tinha uma visão da educação como a chave para a libertação do feminino. Seus escritos são referência na história do feminismo, pois demonstram como a mulher, na luta pela igualdade de gênero, poderia alcançar sua própria transformação social. O movimento feminista, durante sua trajetória histórica, passou por várias fases, tendo a segunda onda se estendido de 1950 a 1990 (FRANCHINI, 2017). Nisso, aconteceram estudos focados na situação das mulheres, quando começa a construção de uma base teórica sobre a opressão feminina. FRANCHINI (2017) aponta que, nas décadas de 60 e 70, iniciou-se uma base teórica sobre a opressão feminina, focada nas condições de exploração das mulheres, tanto no aspecto sexual quanto nas funções reprodutivas. A segunda onda do

feminismo é descrita como uma luta por direitos reprodutivos e discussões sobre sexualidade, sendo um movimento mais presente entre mulheres de classe média ou das elites, que estavam menos envolvidas com questões como trabalho, salários, creches ou igualdade de direitos civis (PEDRO, 2013).

O movimento da segunda onda reflete um período relevante para o feminismo, no qual as mulheres começaram a questionar as estruturas que as mantinham em posições de subordinação, embora as discussões estivessem focadas, como aponta FRANCHINI (2017), nos direitos das mulheres da classe média e das elites, em detrimento dos direitos de mulheres de diferentes classes sociais.

O impacto do regime militar (1964), na sociedade brasileira, marca a restrição à liberdade de expressão, que forçava os movimentos opositores, como os feministas, a se direcionarem para os movimentos de esquerda. Segundo PEDRO (2013), o regime militar colocava em xeque a liberdade de expressão, direcionando os movimentos de resistência para determinadas tendências políticas.

Por fim, a gênese dos movimentos feministas, marcado pela presença da professora Nísia Floresta, defensora da educação emancipatória para as mulheres, vem ao encontro das questões ligadas a esta investigação sobre o ingresso das primeiras estudantes da ETP. Pensar a educação das mulheres e refletir sobre a forma e motivação para o ingresso dessas estudantes representa a valorização da memória institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou refletir sobre a trajetória do Instituto Federal Sul-rio-grandense – Câmpus Pelotas, o contexto do regime militar e as lutas feministas da segunda onda. A análise evidenciou como a educação técnica foi utilizada como estratégia estatal de desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, como espaço de resistência e de inclusão, ainda que limitada, de grupos historicamente marginalizados, como as mulheres.

O ingresso das primeiras estudantes na Escola Técnica de Pelotas, em pleno regime autoritário, representa um marco simbólico de conquista feminina em um espaço tradicionalmente masculino. Tal processo não pode ser dissociado do contexto mais amplo da segunda onda do feminismo, que reivindicava igualdade de direitos, acesso à educação e autonomia sobre o próprio corpo. Nesse sentido, a educação técnica funcionou não apenas como uma via para ascensão social, mas também como palco de disputas e avanços na luta por equidade de gênero.

Ao revisitar o contexto histórico-social do sul do Brasil, especialmente da cidade de Pelotas, este artigo evidenciou como as transformações econômicas e industriais, aliadas à repressão do Estado, moldaram as políticas educacionais da época. A criação do Sistema "S", a federalização das instituições técnicas e o avanço das mulheres nos espaços de formação profissional compõem um panorama rico e multifacetado.

Por fim, esta reflexão reafirma a importância da memória institucional e das vozes femininas no processo de construção da educação técnica brasileira. Valorizar essas histórias é, sobretudo, reconhecer que a educação é uma ferramenta potente de emancipação, capaz de romper com estruturas de exclusão e promover novas possibilidades para indivíduos e coletividades.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, N.; FERREIRA, L. O. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, [s. l.], p. 213-254, jul./dez. 2006.

BAVARESCO, S. **Sistema "S": memória e produção de sentido**. 2022. 329 p. Manuscrito.
BORGES, N. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 nov. 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 7 mar. 2025.

CUNHA, L. A. O ensino industrial manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 89-107, maio/ago. 2000.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

CUNHA, L. A. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr./jun. 2014.

FERREIRA, J. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FERREIRA, V. F. **Universidade Federal de Pelotas à época da ditadura civil-militar: memórias divergentes de uma trajetória**. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Orientador: Fábio Cerqueira Vergara.

FLORESTA, N. **Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens**. São Paulo: Editora Cortez, 1989a.

FRANCHINI, B. S. O que são as ondas do feminismo? **Revista QG Feminista**, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://qgfeminista.org/o-que-sao-as-ondas-do-feminismo/>. Acesso em: 20 out. 2022.

GHIRALDELLI, P. **República brasileira de Deodoro a Bolsonaro**. 2. ed. São Paulo: CEFA Editorial, 2021.

KONRAD, D. A.; LAMEIRA, R. F.; LIMA, M. F. C. Ditadura civil-militar e historiografia: repressão e resistência no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). **Cone Sul em tempos de ditadura**: reflexões e debates sobre a história recente. Porto Alegre: Evangraf; UFRGS, 2013. p. 280.

LONER, B. A. **Classe operária**: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937. Porto Alegre: Núcleo de Documentação Histórica – UFPEL, 1999.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MEIRELES, C. M. S. **Das artes e ofícios à educação tecnológica**: 90 anos de história. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2007. 136 p.

MOURA, N. A. A Primeira Onda feminista no Brasil: uma análise a partir do jornal “A Família” do século XIX (1888-1894). **Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, Recife, v. 2, n. 2, p. 62-86, 2018.

PEDRO, J. M; PINSKY, C. B. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PRETÉRITA URBE. **Inauguração Escola Técnica de Pelotas - ETP em 1943**. Pelotas, 4 set. 2018. Disponível em: <https://preteritaurbe.blogspot.com/2018/09/inauguracao-escola-tecnica-de-pelotas.html>. Acesso em: 19 mar. 2025.

ROCHA, S. S. S. **A Presença de Mulheres na Educação Profissional**: um olhar sobre as relações de gênero na Educação Profissional e Tecnológica em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio de um Instituto Federal. Campos dos Goytacazes, RJ, 2022. 123 p.

STEPHANOU, M. **Forjando Novos Trabalhadores**: a experiência do ensino técnico – profissional no Rio Grande do Sul (1890-1930). 1990. 437 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.